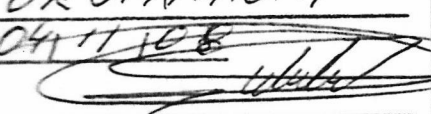
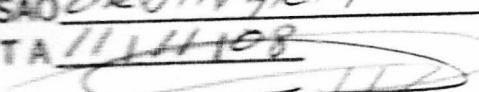




Câmara Municipal de Álvares Machado

Entrada no Protocolo em 05.11.2007	Apresentado na Sessão de 21-10.2008	<i>Legislação</i>
Interessado Vereadores: Feste José Selvério, João Lino Baptista, José Carlos Alexandre e Nelson Cardoso Domingues		
Espécie Projeto de Lei nº 009/2007		
Assunto Ementa: Veda a contratação de parentes para cargos em comissão e função de confiança		
Observações Encaminhado cópia aos vereadores.--		

ANDAMENTO

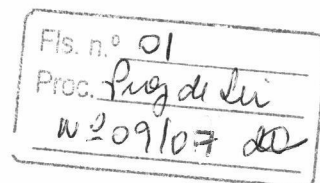
1	Aos 22.10.08, encaminhado p/ a comissão de justiça e reda- ção e assessoria jurídica pa- ra análise e parecer.	5	AMITIDO AUTÓGRAFO N.º <u>40/08</u> EM <u>12</u> / <u>NOVEMBRO</u> / <u>2008</u> -
2	LIDO NA SESSÃO <u>21/10/08</u>	6	Transformado em Lei N.º <u>2573/08</u> Em <u>21</u> / <u>NOVEMBRO</u> / <u>2008</u>
3	APROVADO EM <u>1ª</u> DISCUSSÃO SESSÃO <u>ORDINARIA</u> DATA <u>04/11/08</u>  PRESIDENTE	7	
4	APROVADO EM <u>2ª</u> DISCUSSÃO SESSÃO <u>ORDINARIA</u> DATA <u>11/11/08</u> 	8	



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PLENÁRIO VEREADOR SEBASTIÃO ANTÔNIO PEREIRA
Praça da Bandeira S/N Fone/Fax (18) 3273-1331 – CEP 19160-000 - SP

Projeto de Lei nº 009/2007



Ementa: Veda a contratação de parentes para cargos em comissão e função de confiança.

Art. 1º. – Fica vedada a investidura em cargo em comissão ou função de confiança de cônjuge, companheiro(a) ou parente por linha reta e colateral, até o segundo grau de parentesco (pais, avós, filhos, netos, irmãos).

§1º. – No Poder Legislativo, de parentes dos Vereadores.

§2º. – No Poder Executivo, de parentes do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Diretores, Presidentes de Fundações e Empresas Públicas no âmbito da Administração Municipal.

§3º. – Ficam vedados também os parentes dos vereadores trabalharem no Poder Executivo, Fundações e Empresas Públicas, bem como os mencionados no parágrafo 2º, trabalharem no Poder Legislativo.

Art. 2º. – Ficam ressalvadas as nomeações ou designações de parentes habilitados em concurso público, no âmbito da Administração Municipal.

Art. 3º. - A não observância desta Lei, implicará na nulidade do ato e punição da autoridade responsável, com a devolução dos valores pagos aos cofres do Município.

Art. 4º. - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

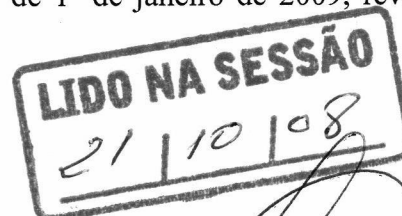
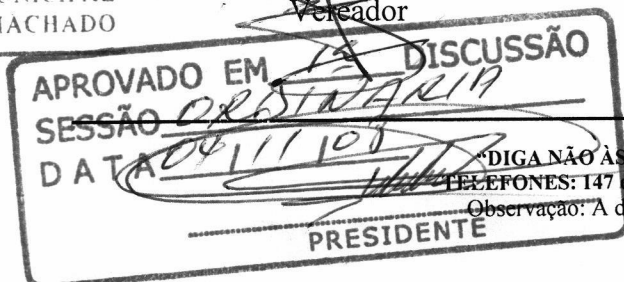
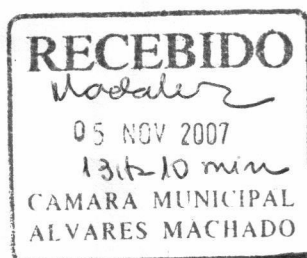
Câmara Municipal, 31 de outubro de 2007.

Festo José Selverio
Vereador

José Carlos Alexandre
Vereador

João Lino Baptista
Vereador

Nelson Cardoso Domingues
Vereador



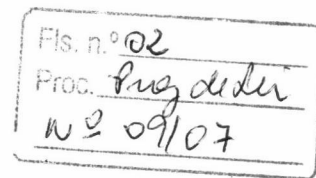
"DIGA NÃO ÀS DROGAS", DENUNCIE!
TELEFONES: 147 e 190 PLANTÕES 24 HS POR DIA
Observação: A denúncia pode ser anônima



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PLENÁRIO VEREADOR SEBASTIÃO ANTÔNIO PEREIRA
Praça da Bandeira S/N Fone/Fax (18) 3273-1331 – CEP 19160-000 - SP

Exposição de Motivos - Projeto de Lei nº 009/2007




Senhores Vereadores,


Os vereadores que esta subscrevem, apresentam a propositura em questão, para impedir a nomeação de parentes, no Poder Executivo e no Poder Legislativo Municipal.

Ante o exposto, aguardamos a apreciação e a aprovação deste Projeto de Lei.


Feste José Selverio
Vereador


João Lino Baptista
Vereador


José Carlos Alexandre
Vereador


Nelson Cardoso Domingues
Vereador

LIDO NA SESSÃO

21 / 10 / 08



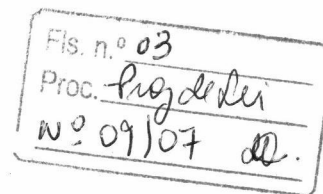
CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Praça da Bandeira S/N Fone/Fax (18) 3273-1331 – CEP 19160-000 – SP

câmara@webmac.psi.br

Poder Legislativo

EMENDA ADITIVA




O vereador infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, nos termos do § 4º do art. 113, da Resolução nº 01/06, de 22 de novembro de 2006 (Regimento Interno) submete à apreciação da Câmara Municipal de Álvares Machado, a seguinte emenda aditiva:

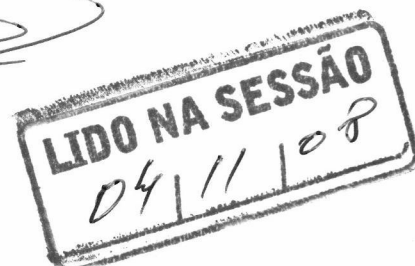
SÚMULA:

Emenda Modificativa ao Artigo 1º, do Projeto de Lei nº 009/2007, de 31 de outubro de 2007, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica vedada a investidura em cargo em comissão, função de confiança ou em função gratificada, de cônjuge, companheiro(a), ou parentes por linha reta ou colateral, até terceiro grau de parentesco nos moldes do Código Civil Brasileiro.

Álvares Machado (SP), 24 de outubro de 2008.


José Carlos Cabrera Parra
Vereador



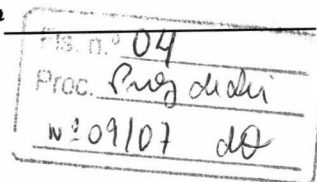


CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Praça da Bandeira S/N Fone/Fax (18) 3273-1331 – CEP 19160-000 – SP
câmara@webmac.psi.br

Poder Legislativo

Projeto de Lei nº 009/2007 - Redação final.



Ementa: Veda a contratação de parentes para cargos em comissão e função de confiança.

Art. 1º - Fica vedada a investidura em cargo em comissão, função de confiança ou em função gratificada, de cônjuge, companheiro(a), ou parentes por linha reta ou colateral, até terceiro grau de parentesco nos moldes do Código Civil Brasileiro.

§ 1º - No Poder Legislativo, de parente de Vereadores.

§ 2º - No Poder Executivo, de parentes de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Diretores, Presidentes de Fundações e Empresas Públicas no âmbito da Administração Municipal.

§ 3º - Ficam vedados também os parentes de vereadores trabalharem no Poder Executivo, fundações e Empresas Públicas, bem como os mencionados no parágrafo 2º, trabalharem no Poder Legislativo.

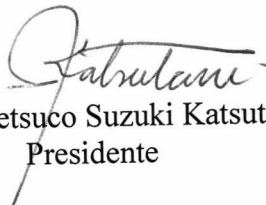
Art. 2º - Ficam ressalvadas as nomeações ou designações de parentes habilitados em concurso público, no âmbito da Administração Municipal.

Art. 3º - A não observância desta Lei, implicará na nulidade do ato e punição da autoridade responsável, com a devolução dos valores pagos aos cofres do Município.


Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

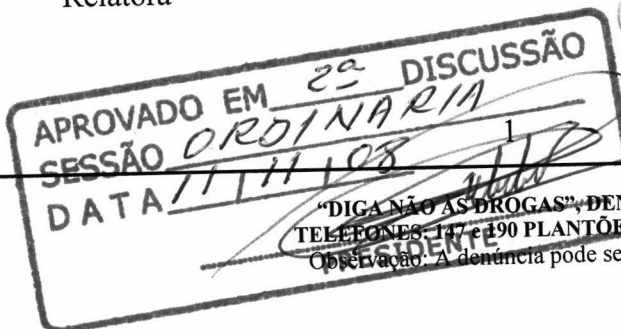
Câmara Municipal, 7 de novembro de 2008.

Comissão de Justiça e Redação,


Cecília Setsuco Suzuki Katsutani
Presidente


Luciana Ribeiro Galante Monteiro
Relatora


João Lino Baptista
Membro



EM 12/11/2008
AUTÓGRAFO N.º 40/08
2008

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

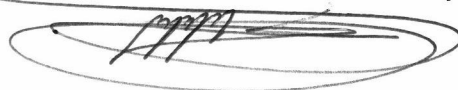
Fis. n.º 05
Proc. 09/07 de
Nº 09/07 de

DESPACHO

Em conformidade com a Resolução 01/06 de 22 de novembro de 2006, encaminhado para parecer, à Comissão de Justiça e Redação, Projeto de Lei nº 09/07, de autoria dos Vereadores: Festeio José Selvério, João Lino Baptista, José Carlos Alexandre e Nelson Cardoso Domingues.

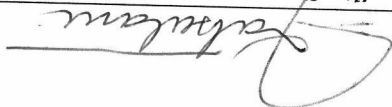
Câmara Municipal, em 22 de outubro de 2008.

JOSÉ CARLOS CABRERA PARRA
Presidente



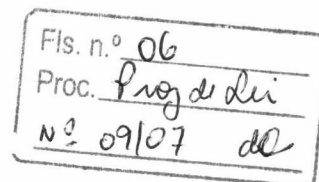
Declaro estar ciente do despacho acima, na data supra.

Cecilia Seisuko Suzuki Katsutani
Presidente da Comissão



39/07

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



DESPACHO

Solicito análise e parecer da Assessoria Jurídica referente ao Projeto de Lei nº 09/2007, de autoria dos Vereadores: Feste José Selvério, João Lino Baptista, José Carlos Alexandre e Nelson Cardoso Domingues.

Sem mais para o momento, firmo o presente.

Câmara Municipal, em 22 de outubro de 2008.

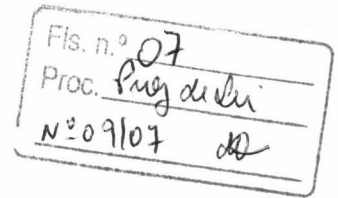
JOSÉ CARLOS CABRERA PARRA
Presidente

Ciente do presente despacho:

Data:

Assinatura do Assessor Jurídico:

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO
Comissão de Justiça e Redação



PARECER N° 39/08

RELATORA: Luciana Ribeiro Galante Monteiro

PROCESSO: Projeto de Lei n° 09/07

AUTORIA: Vereadores: Festo José Selvério, João Lino Baptista, José Carlos Alexandre e Nelson Cardoso Domingues.

ASSUNTO: Ementa: Veda a contratação de parentes para cargos em comissão e função de confiança.

DATA: 29 de outubro de 2008.

PARECER: Quanto ao aspecto legal, gramatical e lógico, a Comissão entende que não há qualquer restrição.

Contudo, a presente Lei configura-se em verdadeiro ramo da Súmula Vinculante numero 13 do STF, editada no dia 29 de agosto de 2008, que, a priori, a partir de tal data já possuía força vinculativa em relação aos três poderes e nas três esferas – união, estados e municípios.

Assim sendo, o presente projeto em nada acrescenta ao município de Álvares Machado, haja vista a obrigatoriedade imediata no cumprimento da respectiva Súmula desde o dia 29 de agosto de 2008, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa.

Ressalte-se ainda, que o presente projeto se omite no que diz a Súmula em relação às contratações “cruzadas” – as designações recíprocas – ainda existentes em nosso município.

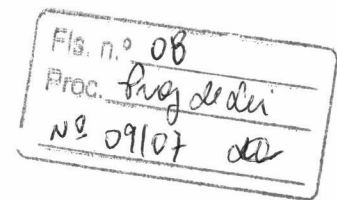
Ademais dessa omissão, temos que o legislador municipal, além de estar atrasado na feitura do presente projeto, e de se omitir em casos já previstos na referida Súmula, tarda ainda mais por estipular uma vacatio legis demasiadamente longa, pois o presente projeto só alcançará efetividade, segundo o mesmo, em 1° de janeiro de 2009.

Desta forma, temos por inútil e tardio o presente projeto. Inútil por não acrescentar nada ao conteúdo da referida Súmula, que de per si já obrigaria ao Executivo e Legislativo local. E tardio pois as discussões referentes a ações anti nepotismo vêm de longa data, e a Súmula – que foi o resultado dessas discussões – fora publicada no dia 29 de agosto de 2008.

Além desse atraso na apreciação da referida matéria, esta Nobre Casa de Leis ainda prorroga sua entrada em vigor para o dia 1° de janeiro próximo, quando então a administração municipal, bem como o corpo desta Casa não terá a mesma composição, dando tons de procrastinação ‘politiqueira’.

Nesse sentido, emitimos parecer favorável ao encaminhamento do presente projeto, para que, **ENFIM**, seja apreciado e votado pelo plenário, ainda que inútil e tardiamente.

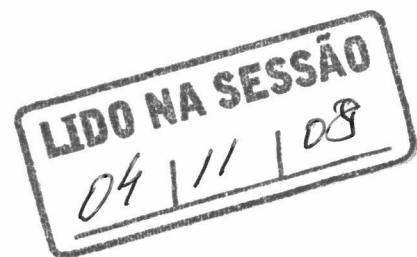
CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO
Comissão de Justiça e Redação



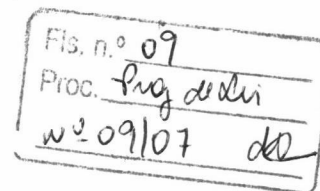
CECÍLIA SETSUCO SUZUKI KATSUTANI
Presidente


LUCIANA RIBEIRO GALANTE MONTEIRO
Relatora

JOÃO LINO BAPTISTA
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO
Comissão de Justiça e Redação



PARECER N° 39/08

RELATORA: Luciana Ribeiro Galante Monteiro

PROCESSO: Projeto de Lei n° 09/07

AUTORIA: Vereadores: Festo José Selvério, João Lino Baptista, José Carlos Alexandre e Nelson Cardoso Domingues.

ASSUNTO: Ementa: Veda a contratação de parentes para cargos em comissão e função de confiança.

DATA: 29 de outubro de 2008.

PARECER: quanto ao aspecto legal, gramatical e lógico a Comissão entende que não há qualquer restrição, sendo o parecer favorável para que a proposta vá à apreciação e votação pelo Plenário.


CECÍLIA SETSUCO SUZUKI KATSUTANI
Presidente

LUCIANA RIBEIRO GALANTE MONTEIRO
Relatora


JOÃO LINO BAPTISTA
Membro



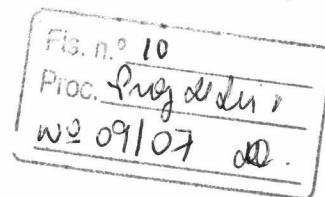


CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Praça da Bandeira S/N Fone/Fax (18) 3273-1331 – CEP 19160-000 – SP
câmara@webmac.psi.br

Poder Legislativo

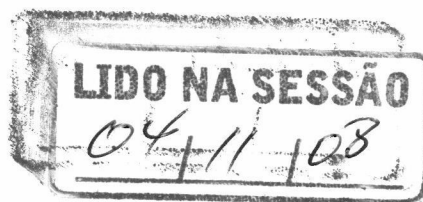
JUSTIFICATIVA



Referido alteração se faz necessário para que a lei municipal possa ter vigência e comungar com as decisões do Egrégio Supremo Tribunal Federal, que, com a emissão da Súmula nº 13, a proibição de contratação atingiu até o terceiro grau de parentesco.

Álvares Machado Sp., 24 de outubro de 2008.

José Carlos Cabrera Parra
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER

ins. n.º	11
Proc.	Proj. de Lei
n.º	09/07

Assunto: Projeto de Lei n.º 09/2007, de 31 de outubro de 2007, de autoria dos Vereadores Festo José Selvério, João Lino Baptista, José Carlos Alexandre e Nelson Cardoso Domingues, com a seguinte ementa: Veda a contratação de parentes para os cargos em comissão e função de confiança.

Requerente: Presidência da Câmara, José Carlos Cabrera Parra.

Exposição da Matéria e Fundamentação: Os Vereadores acima mencionados, apresentam o Projeto de Lei n.º 09/07, que trata sobre a vedação de contratação especificadas nos parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, do artigo 1.º do mencionado Projeto de Lei, mais conhecido na literatura popular como nepotismo.

Foi apresentada Emenda ao artigo 1.º para adequação à Súmula Vinculante n.º 13 do STF.

Acompanha justificativa tanto para o Projeto original quanto para a Emenda.

As justificativas apresentadas contemplam a finalidade do Projeto de Lei bem como da referida Emenda, pois, trata-se de tema que já vinha sendo discutido em diversos órgãos tanto judiciais como legislativos, até que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, emitiu a Súmula Vinculante n.º 13, adiante transcrita, que veio por fim à parte polêmica existente.

"Súmula Vinculante n.º 13 – A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, doas Estados, do distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal".

No meu entender, para nosso município, a Súmula Vinculante n.º 13, não tem abrangência total como há algum entendimento, pois, ela não cita, em momento algum, sobre nomeação de parentes de vereador, pois, vereador é cargo eletivo e, entendo que não foi assimilado pelo contexto sumulado, com exceção do Presidente, que, este sim, tem poderes para nomear.

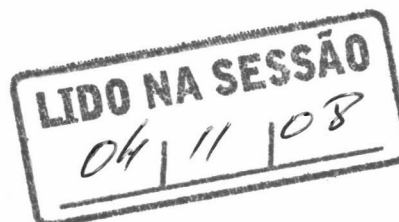
O Projeto de Lei em questão, vem para complementar o contido na Súmula Vinculante n.º 13, emanada do Egrégio Supremo Tribunal Federal, para que em nosso município seja vedado totalmente a contratação de pessoas para os cargos em comissão, função de confiança ou função gratificada, tanto no Executivo quanto no Legislativo, parentes até terceiro grau, com proibições inclusive dos contratos cruzados, dos ocupantes de cargos e funções mencionados nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 1º, ressalvada somente a hipótese de habilitados em concurso público.

Conclusão: Estando referido Projeto de Lei ajustado aos parâmetros legais, SMJ, nada a opor que o mesmo seja encaminhado e colocado à disposição da Colenda Câmara para apreciação. É o parecer.

Álvares Machado (SP), 3 de novembro de 2008.



J. B. Molero Romeiro
Assessor Jurídico

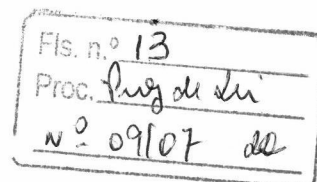




CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

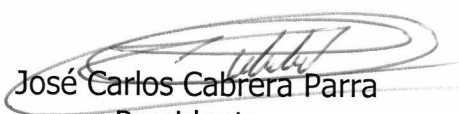
PLENÁRIO VEREADOR SEBASTIÃO ANTÔNIO PEREIRA
Praça da Bandeira S/N Fone/Fax (18) 273-1331 – CEP 19160-000 - SP

AUTÓGRAFO Nº 40/08



Considerando que a Câmara Municipal de Álvares Machado, aprovou, na íntegra, o **PROJETO DE LEI Nº 009/07 – de 31 de outubro de 2007**, de autoria do Poder Executivo a **Mesa da Câmara Municipal de Álvares Machado**, emite este **Autógrafo**, nesta data, para todos os efeitos legais.

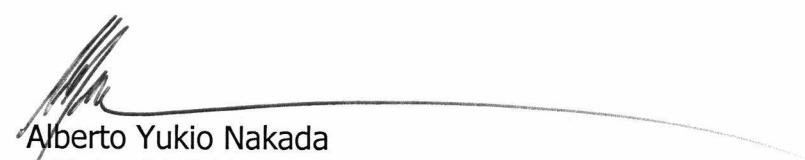
Mesa da Câmara, em 12 de novembro de 2008.

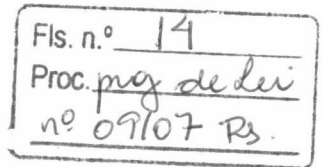

José Carlos Cabrera Parra
Presidente


Cecília Setsuco Suzuki Katsutani
1º Secretário


Festo José Selvério
2º Secretário

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal, na data supra.


Alberto Yukio Nakada
Diretor Administrativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Lei nº 2573/08

Ementa: Veda a contratação de parentes para cargos em comissão e função de confiança.

LUIZ TAKASHI KATSUTANI, Prefeito Municipal de Álvares Machado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais: "Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei":

Art. 1º - Fica vedada a investidura em cargo em comissão, função de confiança ou em função gratificada, de cônjuge, companheiro(a), ou parentes por linha reta ou colateral, até terceiro grau de parentesco nos moldes do Código Civil Brasileiro.

§ 1º - No Poder Legislativo, de parente de Vereadores.

§ 2º - No Poder Executivo, de parentes de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Diretores, Presidentes de Fundações e Empresas Públicas no âmbito da Administração Municipal.


§ 3º - Ficam vedados também os parentes de vereadores trabalharem no Poder Executivo, fundações e Empresas Públicas, bem como os mencionados no parágrafo 2º, trabalharem no Poder Legislativo.

Art. 2º - Ficam ressalvadas as nomeações ou designações de parentes habilitados em concurso público, no âmbito da Administração Municipal.

Art. 3º - A não observância desta Lei, implicará na nulidade do ato e punição da autoridade responsável, com a devolução dos valores pagos aos cofres do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

PM de Álvares Machado, em 21 de novembro de 2008.


LUIZ TAKASHI KATSUTANI
Prefeito


PAULO JOSÉ VILLALVA MARTINS
Diretor de Administração



Fls. n.º	15
Proc.	proj de lei
n.º	09/07

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura, na data supra.

SORAIA DE OLIVEIRA SILVA
Oficial de Gabinete

8/11/11